



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ISSN: 1806-9584

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de  
Comunicação e Expressão da Universidade Federal de  
Santa Catarina

Silva, Kelly Caroline Noll da

As freiras que resistiram: atuação de religiosas durante a ditadura militar no Brasil

Revista Estudos Feministas, vol. 27, núm. 3, e60625, 2019

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação  
e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n360625

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38161461035>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UABM [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# As freiras que resistiram: atuação de religiosas durante a ditadura militar no Brasil

*The Nuns Who Resisted: The Religious Performance During the Military Dictatorship in Brazil*

Kelly Caroline Noll da Silva<sup>1</sup>  0000-0003-0027-5269

<sup>1</sup>Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil. 88.035-001 – sec.ppgh.udesc@gmail.com



CUBAS, Caroline Jaques.

*Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil.*

Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

---

Do hábito ao ato. Este era o título da tese de doutorado da historiadora catarinense Caroline Jaques Cubas que em 2018 fora transformada em livro em virtude de ter recebido o prêmio Memórias Reveladas em 2014. Para a autora, ato ou resistência possuem o mesmo sentido: demonstrar a atuação das freiras frente ao regime militar que se instaurou no território brasileiro entre os anos de 1960 e 1985. O hábito faz referência aos costumes, às práticas e a todo o processo de formação das freiras. Durante séculos, as mulheres que tinham suas vidas atreladas à instituição católica era o uso obrigatório do hábito o principal elemento de reconhecimento, aquele que era visível e que, portanto, as identificava socialmente. Contudo, ao contrário do que se possa pensar em um primeiro momento, Cubas não pretende opor a resistência das religiosas ao hábito, mas mostrar as imbricações entre as posições ocupadas por elas.

Se as mulheres durante séculos foram renegadas na escrita da história, as freiras foram ainda mais. Não possuindo seus corpos ligados ao exercício da maternidade, nem ao matrimônio, as freiras foram silenciadas em uma escrita da história que privilegiou, durante muito tempo, as ações dos sujeitos homens. Nesse sentido, a historiadora visa realocar essas mulheres como sujeitos históricos, destacando a participação efetiva de resistência à ditadura civil-militar. Mas como elaborar um argumento pautado na operação historiográfica se os documentos oficiais, produzidos pelos homens da Igreja, silenciaram as histórias dessas mulheres? Amparada pela metodologia proposta pela historiadora Tânia de Luca (2006), Caroline Cubas utiliza como fonte, em boa parte do seu trabalho, jornais e revistas que, entre os anos de 1960 e 1985, estamparam continuamente em suas páginas notícias sobre as freiras.

O livro de Cubas também destaca-se pela variedade de fontes, pois para além dos jornais nacionais e regionais que davam conta de evidenciar a maneira como as freiras eram apresentadas à sociedade, a autora também transita entre decretos e leis, documentos eclesiásticos, inquéritos policiais e depoimentos de algumas freiras que se dispuseram a falar sobre as suas experiências durante o período ditatorial. Tendo realizado seu doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, com período sanduíche na Université de Rennes II na França, Caroline Cubas

ainda teve acesso a diversos acervos de instituições francesas, o que a possibilitou averiguar através de inúmeros depoimentos, periódicos, relatórios e correspondências as relações entre religiosos e religiosas e a situação político-social da América Latina.

Dividido em quatro capítulos, “Mudanças de hábitos: transformações visíveis e novos sentidos da vida religiosa feminina” é o primeiro deles e aborda as transformações ocorridas na Igreja Católica na década de 1960 com a instauração do Concílio Vaticano II e a maneira como essas transformações afetaram a vida das religiosas. A medida conciliar visava adaptar a Igreja aos chamados “tempos modernos” (Caroline CUBAS, 2018, p. 19), as novas realidades políticas, sociais e temporais de cultura e de progresso que eram apresentadas à sociedade. Para tanto, adotava uma postura de igualdade entre a vida religiosa e o povo de Deus.

Outro tema abordado nesse primeiro capítulo, e observado a partir da imprensa, diz respeito à emancipação das freiras em conformidade à emancipação feminina difundida especialmente na década de 1970. Não se tratava de um movimento homogêneo, mas muitas das religiosas que vivenciaram as transformações ocorridas com o Concílio Vaticano II buscaram novos espaços e possibilidades de ação. A profissionalização é um dos caminhos apresentados pela historiadora como atividade exercida pelas religiosas para além das atividades consagradas. Agora, as freiras eram também médicas, enfermeiras e professoras e atuavam no corpo e na alma, na religião e na educação, ou então na saúde, por exemplo.

A busca por profissionalização, bem como a mudança no hábito e a emancipação feminina contribuíram para uma profunda redefinição da vida religiosa feminina a partir da segunda metade do século XX. No segundo capítulo, “O social, o político e o religioso: enfrentamentos”, Caroline Cubas foca na atuação das freiras em movimentos coletivos, como passeatas e manifestações, contrários ao regime militar imposto. Há registros de que seis religiosas tenham sido presas e que outros cento e vinte dois religiosos foram detidos durante o período. Frente a esses dados, a historiadora lança o seguinte questionamento: “as religiosas pouco ou nada se manifestaram contrárias ao regime militar e/ou aos métodos por ele adotados a partir de 1964?” (CUBAS, 2018, p. 76). Para ajudar a comprovar a sua tese de que houve embate e resistência por parte das religiosas, a autora define o que entende por subversão.

Segundo a historiadora, subversivos eram aqueles que não correspondiam ao modelo político, cultural, moral e comportamental imposto pelo regime. Assim, a luta em nome dos direitos humanos – que era o principal elemento de motivação das religiosas e dos religiosos – em oposição ao uso de tortura como instrumento de coerção, facilmente fora qualificada como atividade subversiva durante o período ditatorial. Através da perspectiva de gênero abordada por Caroline Cubas, percebe-se que a oposição das freiras à ditadura não se dava subindo em púlpitos e tomando a palavra. Sendo historicamente relegadas à vida privada, suas ações se concentravam nos espaços que já ocupavam: os colégios, seja acolhendo foragidos, ou abrindo espaço para realização de reuniões, por exemplo.

“Freiras e a ditadura civil-militar: recrudescimentos e lutas democráticas” dá título ao terceiro capítulo. Diversos relatos de freiras resistindo em diferentes localidades do Brasil aparecem para ilustrar a agência dessas mulheres durante o regime. Através dos depoimentos de religiosas e religiosos, a autora observou que a resistência se dava no cotidiano, por meio de assistência aos perseguidos pela polícia e seus familiares, do cuidado com pessoas feridas, do armazenamento de material subversivo e da denúncia dos crimes da ditadura tanto no país, quanto no exterior. Fora das categorias tradicionais de resistência, de acordo com Cubas, a oposição das irmãs ocorria efetivamente no espaço privado. As freiras curavam, guardavam, escondiam e denunciavam os crimes da ditadura.

Para além dos periódicos apresentados nos capítulos anteriores, nessa seção, a resistência por parte das freiras fora observada a partir de depoimentos e textos memorialísticos. Em termos metodológicos, a autora pontua que não fora amparada pela história oral e que compreende a memória enquanto fonte histórica. Assim, parte para uma análise crítica que reconhece a seletividade da memória, bem como a sua constituição histórica.

No quarto e último capítulo, “A exacerbação da violência”, a historiadora aborda mais detidamente o estudo de dois casos de envolvimento de religiosas com a ditadura civil-militar. Madre Maurina Borges da Silveira é o primeiro a ser apresentado, o qual ganhou destaque e ficou conhecido nas mídias nacionais por referir-se à única freira oficialmente torturada pelo regime ditatorial no Brasil. Em pouco mais de quinze páginas, a autora dedica-se a narrar o envolvimento de Maurina com a “subversão e o terrorismo fortemente combatidos pelo regime militar” (CUBAS, 2018, p. 165), embasando-se em periódicos e outros diversos tipos de documentos, disponíveis à pesquisa através de projetos como o Brasil Nunca Mais e da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva.

Para apresentar o segundo dos casos Caroline Cubas recorre à perspectiva da história comparada e da história cruzada. Ao estender seu olhar para além das fronteiras nacionais, a autora encontra diferentes referências do envolvimento de freiras com movimentos de transgressão,

resistência e contestação do regime ditatorial no contexto latino-americano durante a segunda metade do século XX. O caso das freiras francesas desaparecidas e assassinadas na Argentina e a repercussão na imprensa brasileira ocupam as páginas finais da obra. As trajetórias de Alice Domon e de Léonie Duquet são apresentadas em comparação à das religiosas no Brasil devido ao engajamento social que apresentam.

Amplamente divulgadas, as histórias das três religiosas indicadas no último capítulo apontam que um conjunto de fatores determinaram o caráter extraordinário concedido aos casos. Destaca-se entre eles as questões de gênero, isto porque, ao mesmo tempo em que a prisão e a tortura sinalizavam a transposição de limites por parte do governo brasileiro (no caso da madre Maurina), “colocava em xeque as transformações institucionais da própria Igreja, como se esta tivesse perdido o controle do seu ‘rebanho’” (CUBAS, 2018, p. 179) ao possibilitar que uma mulher religiosa ocupasse espaços públicos e políticos que não lhe pertenciam “naturalmente”.

As discussões levantadas por Cubas nos possibilitam entender o termo resistência para além do seu sentido tradicional. Em quatro capítulos muito bem escritos e estruturados, a autora discute o termo para além do seu sentido que historicamente heroizou determinados atos e atores e silenciou outros. Ao questionar se houve participação de religiosas em oposição ao regime militar brasileiro, a historiadora nos permite acessar a história que outrora fora relegada ao esquecimento. As freiras não seguraram em armas, nem declararam de forma pública e institucional seu posicionamento. Era no espaço privado que a resistência acontecia.

Da mesma forma como ocorrera com padres e bispos, algumas freiras se envolveram de forma consciente e política, outras foram motivadas por razões de cunho social e religioso, e ainda houve aquelas que mantiveram posicionamentos opostos aos colocados pela Igreja progressista. Para a autora, demonstrar a agência dessas mulheres não significa dizer que todas eram politizadas, nem mesmo que se tratava de um movimento homogêneo. Suas histórias e motivações eram particulares.

Em uma escrita da história na qual apenas os documentos oficiais eram entendidos como fontes históricas, os resultados da pesquisa possivelmente seriam outros. A consagrada historiadora Maria José Rosado Nunes (1985), que prefacia o livro, anteriormente já havia direcionado seu olhar sobre as mulheres religiosas, mas em um momento em que a história partia dos documentos oficiais, em que as freiras eram coadjuvantes. Ao debruçar sua atenção para os periódicos e as memórias das religiosas que se dispuseram a falar sobre suas participações durante o período, Cubas acessa uma história que até então não havia sido contada.

## Referências

CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.

NUNES, Maria José Rosado. *Vida religiosa nos meios populares*. Petrópolis: Vozes, 1985.

**Kelly Caroline Noll da Silva** (kellycarolinen@gmail.com) é graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela mesma universidade na linha de pesquisa Linguagens e Identificações. Tem experiência na área de História, com ênfase em religiosidade, gênero e impressos.

## COMO CITAR ESSE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

SILVA, Kelly Caroline Noll da. “As freiras que resistiram: atuação de religiosas durante a ditadura militar no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e60625, 2019.

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

## FINANCIAMENTO

Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação – PROMOP/UDESC

---

#### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

---

Não se aplica.

---

#### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

---

Não se aplica.

---

#### CONFLITO DE INTERESSES

---

Não se aplica.

---

#### LICENÇA DE USO

---

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

---

#### HISTÓRICO

---

Recebida em 10/12/2018  
Revisões requeridas 12/02/2019  
Aceita em 26/05/2019

---

